



3º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

DESTACANDO ALGUMAS FRAGILIDADES DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PMCMV

Simone da Silva Costa
mone_win@hotmail.com

Linha de pesquisa: Política e Projeto de Habitação Social

INTRODUÇÃO

Este estudo procura fazer uma reflexão sobre as fragilidades da Política de Habitação de Interesse Social (PHIS) no Brasil num contexto da mercantilização da produção habitacional adotado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A partir de uma revisão de literatura sobre o tema e consultas aos jornais na web, visita aos sites oficiais do governo, foi possível verificar a ineficácia da política para a efetivação do direito à moradia adequada conforme consta na emenda constitucional 26/2000, pois a maior parte da provisão habitacional de interesse social no Brasil passou a atuar fora do marco do Fundo Nacional de Habitação Social (FNHIS), colocando em segundo plano, como orientador da política habitacional para as famílias de mais baixa renda, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Assim, os beneficiários dos empreendimentos da habitação de interesse social (HIS) produzidos pelo (PMCMV), atualmente sofrem, dentre outros fatores, com a má localização, a distância dos mercados de trabalho e a insegurança pública (BONDUKI apud COSTA, 2014).

POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL E O DIREITO À MORADIA ADEQUADA: limites e possibilidades.

Segundo o art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o direito à moradia é considerado um direito humano fundamental:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

No Brasil, o direito à moradia foi reconhecido como um direito fundamental no ano de 2000, por meio da Emenda Constitucional 26/2000. Em 2004, o governo brasileiro aprovou a Política Nacional de Habitação (PNH) que é viabilizada, dentre outros mecanismos institucionais, por meio do Sistema Nacional da Habitação (SNH), o qual se divide em Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, voltado à população com renda entre 0 a 5 s.m, e em Sistema de Habitação de Mercado (SHM), que atende, principalmente, às classes de renda entre 5 a 10 s.m (Bonduki et. al., 2009). O SHM é financiado por meio das Cadernetas de Poupança (SBPE), de Consórcios Habitacionais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e demais investimentos institucionais e de pessoas físicas (Brasil, 2011). Já o SNHIS é financiado através do FNHIS (AGUIAR, 2012).

Excepcionalmente, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, parte considerável dos recursos do FNHIS foram desviados da produção social da moradia. Segundo o Relatório de Gestão de 2009 do FNHIS apresentado por Krause, et. al. Apud COSTA (2014a), R\$ 550,26 milhões – aproximadamente 42% dos recursos do FNHIS – foram usados para complementação de obras inseridas no PAC, tais como a urbanização, regularização fundiária e integração de assentamentos precários. O quadro 1 mostra a evolução dos gastos do governo federal nos anos compreendidos entre 2005 e 2010.

O modelo adotado pela PHIS pelo PMCMV, além disso, vem contribuindo para a construção de moradias sem



levar em consideração as diferenças regionais do território brasileiro. Por exemplo, na Região Metropolitana de Natal (RN), o produto habitacional para os beneficiários do PMCMV que auferem renda mensal até R\$ 3.100,00 está construído num espaço urbano bem mais digno do que o da população que recebe até R\$ 1.600,00 (ver figura 1).

Quadro 1 – Gastos Anuais com Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários (2005 – 2010)

Ano	R\$
2005	3.543.218,22
2006	2.909.880,50
2007	2.180.578,15
2008	2.613.776,17
2009	15.657.137,48
2010	14.473.173,31

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em 01/03/2014.

Figura 1 – Empreendimentos do PMCMV1 na RMNatal por faixa de renda.



Fonte: acervo da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragilidade do modelo adotado pelo PMCMV para HIS no país se revela na medida em que a integração entre provisão habitacional e desenvolvimento econômico tem estimulado o crescimento econômico através da apropriação de parte dos recursos do FNHIS e desconsiderado os princípios norteadores do SNHIS. O resultado da política é a violação aos direitos humanos e a ampliação das desigualdades espaciais no país.

Em suma, a produção dos empreendimentos de HIS pelo PMCMV em espaços periféricos é marcada pela exclusão das classes populares no processo de produção e de distribuição da riqueza social, prevalecendo, assim, suas precárias condições de sobrevivência, que por consequência, dificultam a efetivação da redução do déficit habitacional e do cumprimento do direito à moradia adequada no país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Dra. Françoise Dominiqui Valéry pelo carinho, apoio e dedicação nas orientações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/11cndh/site/pndh/sis_int/onu/convencoes/Declaracao%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos-%201948.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2014. AGUIAR, M. H. O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social: avanços e limites na perspectiva da Reforma Urbana. *Dissertação de Mestrado*. Viçosa: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2012.





3° SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN –DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL
COSTA, S. S. Avanços e retrocessos da política de habitação de interesse social no Brasil. 2014. In: XIX SEMINÁRIO DO
CCSA. Natal: UFRN, Maio de 2014. ISSN 1808 6381. Anais digitais. Trabalho completo.
COSTA, S. S. Avanços e retrocessos da política de habitação de interesse social no Brasil. 2014. In: XIX SEMINÁRIO DO
CCSA. Natal: UFRN, Maio de 2014. ISSN 1808 6381. Anais digitais. Trabalho completo.



Item não obrigatório, no qual os autores poderão agradecer as instituições de financiamento e fomento, colaboradores, entre outras. (Calibri 11 justificado)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Calibri 12 negrito à esquerda)

Para as referências use espaço simples (um) entre as linhas e espaço duplo para separar as referências entre si. (Calibri 10 à esquerda)

Indicar apenas obras citadas no texto, e utilizar os parâmetros da ABNT.

NOTAS

O recebimento do resumo expandido é condição mínima para participação de qualquer tipo de trabalho. O resumo expandido deverá ser enviado em arquivo do Word contendo entre 1000 e 1500 palavras, não podendo exceder a 08 páginas, incluídas as referências e qualquer figura essencial ao bom entendimento do trabalho, como tabelas, gráficos, mapas, fotografias, croquis e outras ilustrações.

O texto da introdução deverá contemplar uma pequena revisão sobre a temática na qual o trabalho está inserido e sua problematização. Deverá, ainda, apresentar o contexto geral do trabalho. (Calibri 11 justificado)

OBJETIVOS (Calibri 12 negrito à esquerda)

Indicar de forma sucinta os principais objetivos a serem atendidos pelo trabalho. (Calibri 11 centralizado)

METODO (Calibri 12 negrito à esquerda)

Indicar o método utilizado (ou proposto) para atingir os objetivos pretendidos. (Calibri 11 justificado)

DESENVOLVIMENTO (Calibri 12 negrito à esquerda)

Para trabalhos ainda em fase de projeto (1º ano) esse item poderá apresentar uma visão geral do estado da arte naquele campo ou trabalho desenvolvido em disciplinas do curso, desde que seja feita a devida referência da relação de seus resultados com a pesquisa proposta para o mestrado/doutorado. Para trabalhos em estágio mais adiantado, nesse item podem ser apresentados resultados parciais obtidos (no caso de já haver algum) e sua discussão em relação ao conhecimento disponível. (Calibri 11 justificado)

CONSIDERAÇÕES FINAIS (Calibri 12 negrito à esquerda)

Indicar de forma objetiva as principais conclusões obtidas pelo trabalho, ou os próximos passos para sua continuidade. (Calibri 11 justificado)

AGRADECIMENTOS (Calibri 12 negrito à esquerda)

